

ECONOMIA BRASIL Rumo à Razão

ESTE ano de 1986 que viu nascer o Cruzado I e o Cruzado II — e que assistiu a uma reforma monetária, ao congelamento de preços, à baixa das taxas de juros para níveis internacionais e sua rápida e desconcertante alta — caminha, ao apagar das luzes, para um pouco mais de racionalidade.

O congelamento dos preços, que gerou o ágio, cede lugar ao entendimento das empresas com o CIP para realinhar suas planilhas de custos sob os olhos do governo. A contabilidade das Sociedades Anônimas, que se submeteria à geração de lucros irreais se não houvesse um deflator oficial, pode agora ser corrigida depois de um acerto entre a Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria da Receita Federal. O mercado de capitais reage de forma favorável ao influxo de capital novo provocado pela atração dos preços baixos e pelo feliz lançamento do PAIT, um programa que permite a formação de pecúlios para a aposentadoria de trabalhadores com muito mais flexibilidade que tudo o que existia antes.

Não se resolveram todos os gargalos da economia, é verdade, nem foi retirada a dose de irrealismo com que se tratam ainda vários pontos relevantes. O próprio PAIT ainda carece de melhor regulamentação. Muita gente dentro do governo ainda não acordou para a realidade pura e simples de que é melhor capitalizar os resultados positivos do Cruzado — na medida em que este plano nos fez sair de uma louca espiral inflacionária e de ameaças de hiperinflação — do que sonhar com um universo perfeito de índices de custo de vida suíços, com taxas de crescimento da economia iguais às do Japão. É uma geografia impossível.

Se é necessário reconhecer que estamos melhor com a inflação de hoje que com a hiperinflação que nos ameaçou, é forçoso, também, dizer que as ameaças à economia privada continuam. Não há nem nunca parece ter havido ingenuidade por parte das forças que, dentro do governo, prefeririam uma economia inteiramente estatizada em lugar da desestatização que o Presidente se propõe a fazer.

A grande questão na cabeceira de 1987 será quem irá investir, e como irá investir a longo prazo. Trata-se, pura e simplesmente, de definir as formas de apropriação da poupança, por particulares ou pelo Estado, e de canalizar a massa de dinheiro disponível para enfrentar a escassez que salta aos olhos de todo mundo.

Quais os gargalos com os quais este país se debate? Falta energia elétrica, falta gás para consumo industrial, a balança de petróleo continua deficitária e deverá aumentar esse déficit, pois para cada unidade adicional de produto queima-se energia. Faltam portos, faltam estradas, faltam serviços essenciais na área da saúde, da higiene, das escolas.

A sociedade brasileira não questiona o Governo quando este amplia o atendimento à saúde, ou parte para uma campanha moralizadora dos serviços essenciais, como os do IAPAS. Esse é o dever do Estado. O que se deve questionar é o destino de cada centavo de poupança disponível para investimento que vai esbarrar na mão do Governo sob formas compulsórias.

O melhor exemplo de que o Estado está se apropriando de poupança para seus próprios fins, sem que isso signifique uma melhoria do perfil produtivo do país, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento — FND. Todos se lembram da retórica com a qual esse Fundo foi criado. Os Ministros vieram a público afirmar que o FND seria uma poderosa arma para investimentos produtivos e que nunca se destinariam a cobrir os déficits públicos. Em primeiro lugar, é preciso afirmar que esse dinheiro está entrando na caixa única da União, desde quando começou a ser arrecadado, não importa com que rubrica, e se dissolve no buraco negro do déficit.

Se essa poupança fosse entregue ao setor privado para levantar novas petroquímicas, para construir terminais portuários eficientes, para aumentar a capacidade de silos e armazéns em áreas agrícolas estratégicas, para fazer ramais ferroviários em pontos de estrangulamento do escoamento de safras, ou qualquer outra finalidade econômica, os resultados seriam diferentes. O dinheiro orientado para o aumento da produtividade é uma coisa. O dinheiro diluído no buraco sem fundo do déficit público é outra.

O FND aparece, de repente, com 12 milhões de cotistas e uma declaração de intenções bem ao estilo da República Estatizante que resiste aos apelos do Presidente para a redução das atividades do Estado na economia. De repente, esses doze milhões de cotistas são informados de que seu dinheiro irá tapar o rombo da Siderbrás e financiar um projeto de um avião novo da Embraer no valor de Cz\$ 1 bilhão.

A Embraer é um bom exemplo de empresa produtiva deixada na constelação de ineficiências que é o Estado. Os doze milhões de cotistas do FND têm, porém, todo o direito de pedir as contas da caixa do FND para medirem com exatidão até onde a poupança nacional será apropriada para tapar buracos, como é o caso da Siderbrás, e até onde servirá ao que o Presidente quis dizer acenando para a redução da presença do Estado na economia. Não se cortam as asas do Estado apenas com boas intenções; a Embraer pode ser apenas uma cortina de fumaça. E é exatamente porque o Governo raspa o fundo do tacho da poupança que faltam recursos para os investimentos privados. Realimenta-se o Estado ineficiente, descapitaliza-se a sociedade eficiente. Um círculo vicioso que pode nos levar de volta ao atraso, não importa quão promissores sejam os sinais de racionalidade que partem agora da vasta família do Cruzado.